

CONSIDERANDO o teor na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com as alterações posteriores; e
CONSIDERANDO, ainda, a proposta do Procurador-Geral de Justiça submetida ao E. Colegiado,
R E S O L V E:
Art. 1º A Resolução nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, passa a vigorar acrescida do art. 20-A, com a seguinte redação: "Art. 20-A. Após a instauração do inquérito civil ou do procedimento preparatório, quando o membro que o preside concluir ser atribuição de outro Ministério Público, este deverá submeter sua decisão ao referendo do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias."
Art. 2º Fica revogado o inciso V do § 2º do art. 19 da Resolução nº 010/2011-CPJ, de 2011.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em 24 de novembro de 2015.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Corregedor-Geral do Ministério Público
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador de Justiça
RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES
Procurador de Justiça
UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL
Procuradora de Justiça
LUIZ CESAR TAVARES BIBAS
Procurador de Justiça
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador de Justiça
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora de Justiça
ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO
Procurador de Justiça
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA
Procuradora de Justiça
ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
Procurador de Justiça
RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA
Procurador de Justiça
ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER
Procuradora de Justiça
MARIO NONATO FALANGOLA
Procurador de Justiça
MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA
Procuradora de Justiça
LEILA MARIA MARQUES DE MORAES
Procuradora de Justiça
TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA
Procuradora de Justiça
ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO
Procurador de Justiça
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS
Procuradora de Justiça
HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
Procurador de Justiça
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Procurador de Justiça
MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES
Procuradora de Justiça
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora de Justiça
MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
Procuradora de Justiça
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Procuradora de Justiça

Protocolo 904337
EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2015/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000023-912/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - PA - Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 003/2015/MP/12ªPJMAB
Interessados: Moradores do Acampamento "Jesus é Rei"; Comissão Pastoral da Terra - CPT Marabá e Siderúrgica Ibérica.
Assunto: Acompanhamento do cumprimento de acordo

firmado entre a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI (Integrantes do Acampamento Jesus é Rei); o Programa Terra Legal, a Comissão Pastoral da Terra - CPT de Marabá; a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, a Siderúrgica Ibérica S/A e o Ministério Público do Estado do Pará - MPE (Através da Promotoria Agrária de Marabá), com o objetivo de: disponibilizar área para o assentamento de famílias sem terra, regularização fundiária e desocupação provisória dos acampados na Fazenda Asturya, Zona Rural do Município de Abel Figueiredo/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA - Promotora de Justiça

Protocolo 903939
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 049/2015-MP/2ª PJD IAT/ BELÉM-PA
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares, torna pública a PORTARIA N.º 049/2015-MP/2ªPJD IAT/BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.
Portaria de Instauração n.º 049/2015
Data da Instauração: 19/11/2015
Objeto: Apurar o grave problema enfrentado pelos alunos com deficiência da Escola Municipal Cordolina Fontelles de Lima, no que diz respeito à alegada falta de acessibilidade nas dependências da Unidade.
Promotora de Justiça: Dra. Adriana de Lourdes Mota Simões Colares (Titular)

Protocolo 903946
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 019/2015-MP/1ª PJD IAT/ PP/ BELÉM-PA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dr. Rodier Barata Ataíde, torna pública a PORTARIA N.º 019/2015-MP/1ªPJD IAT/ BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Preparatório n.º 000887-112/2015, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.
Portaria de Instauração n.º 019/2015
Data da Instauração: 09/11/2015
Objeto: Apurar a violação ao direito à privacidade, à intimidade, ou à imagem da idosa MARIA DORA DE LA ROCQUE BEVILAQUA .
Promotor de Justiça: Dr. Rodier Barata Ataíde (em exercício)

Protocolo 903948
EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2011-MP/2ªPJB
A 2ª Promotora de Justiça de Breves, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 001/2011-MP/2ªPJB.
Data da Instauração: 29/11/2011.
Interessado:
Assunto: Apurar pedido formulado por Edino Carmo Batista Gomes, presidente da Fundação Luiz Rebelo, para autorização de alteração do estatuto da entidade.
Marilucia Santos Sales - Promotora de Justiça

Protocolo 903950
PORTARIA Nº 6713/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :
CONCEDER aos Promotores de Justiça abaixo discriminados licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
PAULO RICARDO DE SOUZA BEZERRA	4 a 18/9/2015
ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS	18 a 25/9/2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 28 de outubro de 2015.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA Nº 6738/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :
CONCEDER às Promotora de Justiça abaixo discriminadas licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
LILIANE CARVALHO RODRIGUES OLIVEIRA	13/10/2015
REGIANE BRITO COELHO OZANAN	13 a 16/10/2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de outubro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 904010

PORTARIA Nº 6740/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
AUTORIZAR a Promotora de Justiça LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocar de Santarém à Brasília - DF, no período de 12 a 13/11/2015, a fim de participar do Seminário: "Mineração e Meio Ambiente", que será promovido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de outubro de 2015.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA Nº 7224/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 4383/2011-MP/PGJ, que institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do Ministério Público do Estado do Pará;
CONSIDERANDO os termos da PORTARIA N.º 1292/2014-MP/PGJ, que designou os membros e servidores que atualmente integram o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) do Ministério Público do Estado do Pará,
CONSIDERANDO os termos dos Ofícios nº 033/2015/CPE/CNMP, expedido em 29 de outubro de 2015 e nº 034/2015/CPE/CNMP, expedido em 034/2015/CPE/CNMP, protocolizados, respectivamente, sob os n.ºs 51007/2015, em 29 de outubro de 2015, e 53306/2015, em 10 de novembro de 2015;
R E S O L V E:
AUTORIZAR os seguintes membros e servidores, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocarem desta Capital à Brasília - DF, no período de 25 a 26/11/2015, a fim de participarem do evento: "Multiplicando a Estratégia: TI", promovido pela Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, como parte da Ação Nacional Estruturante - Tecnologia da Informação - TI:

Membro/Servidor	Função
MARIO NONATO FALANGOLA	Procurador de Justiça Cível
ADRIANO SILVA DE ARRUDA	Diretor do Departamento de Informática

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de novembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 904014
PORTARIA Nº 6902/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o § 3º do art. 46 da Lei Nº 8031, de 23/07/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015, combinado com a alínea "a" do inciso II do art. 6º da Lei Nº 8095, de 30/12/2015, Lei Orçamentária Anual, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos, RESOLVE:
Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), para atender a programação do orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR SOLICITADO
12101.03.122.1357.7442	459061	0101	1.300.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			1.300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria, correrão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR SOLICITADO
12101.03.122.1357.7442	449061	0101	1.300.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			1.300.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 6 de novembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça